

O Rio de Janeiro oitocentista sob a perspectiva do *Correio Mercantil*

19th century Rio de Janeiro from the perspective of the *Correio Mercantil*

Nilvânia de Souza Santana

Licenciada em História e Especialista em Educação e Diversidade Étnico-Racial pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/ Campus VI). Contato: nilvaniasouza90@gmail.com

Resumo: A imprensa de meados do século XIX, precisamente a circundante nas maiores e mais importantes províncias do país, atendera expressivamente a interesses partidários. Em suma, estivera a serviço dos partidos Conservador ou Liberal, a exemplo do jornal *Correio Mercantil*, veículo de ampla tradição liberal que transitara na sociedade carioca de 1º de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868. As edições do *Correio Mercantil* aqui analisadas correspondem às publicações da seção intitulada “A Pacotilha” que circularam entre 27 de julho de 1852 (ed. nº 178) até 31 de julho de 1853 (ed. nº 212). Ao leitor é apresentado um veículo de imprensa cujo conteúdo se dispersava entre os assuntos oficiais do governo, os trâmites políticos, os grandes eventos culturais da sociedade carioca oitocentista como os pomposos bailes aristocráticos, bem como os diálogos firmados entre as camadas populares desta sociedade e os redatores Carijó, Gregório e Antônio na subseção “Escritório da Pacotilha”, cujos democráticos “enfardamentos” (críticas) recaíam sobre todos os setores sociais e às instituições públicas indistintamente, bastasse qualquer afronta à ordem social. Esta seção nos apresenta diversos tipos sociais da sociedade fluminense do período e os respectivos espaços pelos quais transitavam.

Palavras-chave: *Correio Mercantil*. Imprensa no século XIX. Rio de Janeiro. Sociedade.

Abstract: The press of the mid-nineteenth century, precisely the one surrounding the largest and most important provinces of the country, had expressively served partisan interests. In short, it was at the service of either the Conservative or Liberal parties, as exemplified by the newspaper *Correio Mercantil*, a vehicle with a broad liberal tradition that circulated in Rio de Janeiro society from January 1, 1848 to December 15, 1868. The issues of the *Correio Mercantil* analyzed here correspond to the publications of the section entitled “A Pacotilha” which circulated between July 27, 1852 (issue no. 178) and July 31, 1853 (issue no. 212). The reader is presented with a press vehicle whose content was dispersed among the government’s official affairs, the political procedures, the great cultural events of 19th century carioca society, such as the pompous aristocratic balls, as well as the dialogues between the popular layers of this society and the Carijó editors, Gregório and Antônio in the subsection “Escritório da Pacotilha”, whose democratic “bundles” (criticisms) fell upon all social sectors and public institutions indistinctly, as long as any affront to the social order was enough. This section presents us several social types of the fluminense society of the period and the respective spaces through which they passed.

Keywords: *Correio Mercantil*. 19th century press. Rio de Janeiro. Society.

Introdução

A década de 1850 foi marcada por profundas transformações no país, como a efervescência política do Segundo Reinado, a proibição do tráfico internacional de escravos pela Inglaterra, a promulgação da Lei de Terras, a implantação da ferrovia no Rio de Janeiro em 1854, o crescimento da rede urbana, o avanço da imprensa no país (MARTINS, 2012).

A imprensa de meados do século XIX, precisamente a circundante nas maiores e mais importantes províncias do país, atendera expressivamente a interesses partidários, em suma, estivera a serviço dos partidos Conservador ou Liberal. Os grandes jornais da época, na medida em que conquistavam espaço no universo da imprensa periódica, difundiam a profissão de jornalista e consolidavam a profissão do tipógrafo. Martins (2012) aponta que na Corte Imperial, somente em 1850 existia 25 tipografias e os jornais de maior alcance nacional, a exemplo do Correio Mercantil. Galvão (1994), em estudo referente à perspectiva dos jornais acerca da guerra de Canudos, salienta que no Rio de Janeiro, desde o surgimento da imprensa periódica até o ano de 1897, circularam por volta de dois mil títulos de periódicos (GALVÃO, 1994, p. 15).

Tais dados evidenciam que o século XIX consolidou o desenvolvimento da imprensa jornalística na era moderna. O jornal adquire nesta época a condição de ser “o veículo de comunicação de massa por excelência” (GALVÃO, 1994, p. 19), um bem de consumo necessário, de baixo custo, portanto, de fácil acessibilidade entre variados setores sociais, inclusive, aos escravizados de ganho. As condições econômicas, tecnológicas e culturais facilitaram a popularidade dos jornais. O jornalismo do século XIX se portara como um importante instrumento de agregação popular dadas as suas características de “periodicidade, universalidade, variedade de temas e matérias, atualidade, difusão” (PINA, 2005, p. 3).

Perante as proposições de Patrícia Pina (2005) a atividade jornalística:

desenha o espaço social, marca seus contornos, suas áreas de interseção; tudo, nas páginas dos jornais, tem uma sequência, obedece a uma ordem. Dessa forma, os produtores de cultura impressa, especificamente, os tipógrafos e editores de jornais, desde os inícios do século XIX, constroem suas páginas, a fim de que pudessem atender às necessidades e expectativas dos indivíduos que, em função da nova ordem social e econômica, passavam a ser vistos como consumidores em potencial (PINA, 2005, p. 03).

Neste sentido, como explicitara Machado de Assis (1859), o jornal se constituía em elemento revolucionário na sociedade oitocentista:

“[...] Essa revolução não é só literaria, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as formulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social” (ASSIS, Machado. Correio Mercantil, 10/01/1859, p. 01).

Ao dar continuidade ao artigo “O Jornal e o Livro” no Correio Mercantil, Machado de Assis (1859) elenca que o século XIX era “o século do dinheiro e da indústria”, o jornal aí operara uma revolução que contribuiria massivamente no desenvolvimento desta indústria

monetária. Neste íterim:

“O desenvolvimento do crédito quer o desenvolvimento do jornalismo, porque o jornalismo não é senão um grande banco intellectual, grande monetização da idéa, como diz um escriptor moderno”. (ASSIS, Machado. Correio Mercantil, 12/01/1859, p. 02).

Os periódicos da época se adequavam em termos estruturais, estéticos e de conteúdo, às exigências da sociedade mercantil oitocentista. Nesta perspectiva, Galvão (1994) explicita que os jornais do período eram muito semelhantes entre si, fossem editados na capital ou em áreas mais afastadas. Sintetiza que o modelo do jornal era único, estruturado em colunas estreitas, páginas grandes, letras miúdas, alguns mantinham rodapé que serviam de espaço para a publicação de assuntos diversos. Alguns jornais, já na primeira página, apresentavam aos leitores uma variedade de assuntos como poemas, anúncios de tratamentos de doenças, discursos políticos, textos em língua estrangeira, publicações a pedido e até bilhetes amorosos (GALVÃO, 1994, p. 18).

Lilia Moritz Schwarcz (1987), ao empreender estudo sobre a representação dos negros em jornais da província de São Paulo de fins do século XIX, no que concerne ao aspecto visual desses veículos de imprensa, destaca que:

“normalmente os periódicos do século XIX eram compostos por duas folhas de formato bastante grande e de difícil manuseio. Essas folhas eram preenchidas em geral por artigos e anúncios, sendo que os primeiros vinham localizados em estreitas colunas que se iniciavam logo abaixo do cabeçalho, só terminando no final da página [...]”. (SCHWARCZ, 1987, p. 58).

Contudo, a autora aponta (SCHWARCZ, 1987, p. 58) que esses jornais apresentavam uma organização um tanto homogênea no que se refere à divisão e distribuição interna dos conteúdos publicados. Assim, a primeira página era estrategicamente a mais estruturada e constante, visto que trazia a parte editorial do periódico, geralmente direcionada a assuntos oficiais do Império e até folhetins, muitas vezes produzidos por famosos autores estrangeiros. A partir da segunda página o conteúdo se apresentava de forma dispersa, em que noticiários dividiam espaço com anúncios e assuntos privados, esses últimos se estendiam da esfera sentimental às contendas pessoais. Em relação à presença de fotografias e ilustrações, tanto Galvão (1994), quanto Schwarcz (1987) elencam que se tratavam de elementos raros nesses periódicos, reservados a determinadas situações como anúncios de remédios, mortos ilustres e lojas de artigos femininos.

As diferenças inerentes aos jornais oitocentistas se pautavam geralmente:

“em suas tendências políticas [...], no preço, tamanho e tiragem; na linguagem utilizada, ora mais coloquial e séria, ora satírica (como nos diversos pasquins) e às vezes até pornográfica [...]” (SCHWARCZ, 1987, p. 64).

No já referenciado artigo “O jornal e o Livro”, publicado em duas partes no Correio Mercantil, respectivamente, nos dias 10 e 12 de janeiro de 1859, direcionado ao “Sr. Dr. Manoel Antonio de Almeida”, Machado de Assis tece significativas reflexões acerca do espaço conquistado pelo

jornal no âmbito da cultura impressa da época, bem como da indiscriminada popularidade que o vigente veículo de informação adquirira entre a sociedade oitocentista, inclusive, situando-o como:

“a verdadeira fôrma de republica do pensamento. E’ a locomotiva intellectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura commum, universal, altamente democratica, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideas e o fogo das convicções.” (ASSIS, Machado. Correio Mercantil, 10.01.1859, p.01).

A cultura impressa em muitos aspectos deveu a sua difusão por intermédio da expressividade do livro, elemento que surge da emergência da humanidade em concretizar a propagação e perpetuação da ideia. O livro a partir de então:

“sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação” (CHARTIER, 1998, p. 08).

Assim, a história do livro está vinculada à transformação de suas formas materiais, bem como na recepção sociocultural e na dialética firmada na relação autor-leitor, fatores inerentes ao transitar de tal impresso no decorrer dos tempos. A imprensa nasce enquanto uma revolução que gradualmente assume a função de ser um segmento social.

Machado de Assis conceituara a imprensa como “a faísca electrica da intelligencia que vinha unir a raça aniquilada á geração vivente por um meio melhor, indestructivel, mobil, mais eloquente, mais vivo, mais proprio a penetrar arraiaes de immortalidade” (ASSIS, Machado. Correio Mercantil, 10/01/1859, p. 01). O livro, na perspectiva machadiana, se constituía na “formula da nova idea, do novo systema”, um verdadeiro progresso:

“mas faltava ainda alguma cousa; não era ainda a tribuna commum, aberta á família universal, apparecendo sempre com o sol e sendo como elle o centro de um systema planetário. A fôrma que correspondia a estas necessidades, a mesa popular para a distribuição do pão eucharistico da publicidade, é propriedade do espirito moderno: é o jornal” (ASSIS, Machado. Correio Mercantil, 10/01/1859, p. 01).

Diante dos baixos índices de alfabetização no país; do fraco poder aquisitivo de expressivo contingente da população, constituído por sujeitos sociais escravizados, forros e pobres livres; da forte preferência pela audição, dentre outros fatores, o livro era pouco consumido, portanto, artigo de circulação restrita, endereçado a grupos seletos, voltados à cultura erudita e acadêmica. O consumidor dos jornais, em contrapartida, procurava um entretenimento acessível, barato, de fácil manuseio, cujo conteúdo e linguagem, próximos da realidade quotidiana, estivessem no centro das rodas de conversas travadas no interior das residências, nas tavernas, nos botecos ou nos diversos tipos de ajuntamentos esparsos pelas ruas a qualquer hora do dia e da noite.

O jornal oitocentista, mais que mero veículo de comunicação, difusor de informações e noticiários constantes, atuara como um instrumento democrático, cuja linguagem próxima das

práticas e vivências quotidianas convidava o leitor a um bate-papo. Machado de Assis definira o jornal como uma:

“litteratura quotidiana, [...] reprodução diaria do espirito do povo, o espelho commum de todos os factos e de todos os talentos, onde se reflecte, não a idéa de um homem, mas a idéa popular, esta fracção da idéa humana. [...]. Uma forma de litteratura que se apresenta aos talentos como uma tribuna universal é o nivelamento das classes sociaes, é a democracia prática pela intelligencia. [...]. O jornal é a liberdade, é o povo, é a consciencia, é a esperança, é o trabalho, é a civillisação”. (ASSIS, Machado. *Correio Mercantil*, 12/01/1859, p. 02).

Machado de Assis, ao elencar as referidas explicações diante do impacto que essa “litteratura quotidiana” exercera sobre a sociedade brasileira do século XIX, levantara uma significativa indagação que norteava suas considerações, a saber, se haveria possibilidade do livro vir a absorver o jornal ou do jornal devorar o livro. Contudo, o autor não sobrepõe um instrumento cultural em detrimento do outro, ou seja, não inferioriza o livro em função do jornal e vice-versa, mas aponta esse último como a representação de uma nova prática de leitura, uma espécie de reação a um universo social, econômico e literário há muito consolidado, haja vista que o discurso do jornal abrangia práticas letradas e também práticas orais, ou seja, mesclava a cultura auditiva ao espaço da escrita, o que permitiu ao público leitor uma participação ativa na dinâmica jornalística. Em suma, enquanto o livro elitizara a leitura, o discurso jornalístico apresentara e proporcionara ao leitor um espaço nos anúncios, nas seções voltadas às publicações a pedido, nas queixas às autoridades policiais, nas manifestações literárias.

O *Correio Mercantil*: a ordem e a desordem na sociedade da “Pacotilha”

O *Correio Mercantil*, propriedade de Joaquim Alves Branco Muniz Barreto e filhos e que tinha por redator-chefe Francisco Otaviano de Almeida Rosa, transitara na sociedade carioca de 1º de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868, portanto, duas décadas de intensa atividade sócio-comercial. Marques Rebelo (2012, p.55) definira o *Correio Mercantil* como um jornal “de larga tradição liberal, era então o abrigo dos homens de letras e, politicamente, o mais importante dos diários da Corte”. Gomes (2017) reitera o vigente posicionamento ao partir das considerações de Mustafá Jarouche, o qual:

“considerou o *Correio Mercantil*, [...], o melhor e mais estruturado jornal aliado ao Partido Liberal: contava com pouco mais de dois mil assinantes em todo o império, o que consistia em bom número para o momento. Foi importante instrumento da campanha liberal para as eleições de 1852”. (JAROUCHE, 2000; apud GOMES, 2017, p. 23).

Ao empreender uma análise sobre o *Correio Mercantil*, Alcides Ribeiro (2005) apresenta o perfil estrutural e a composição do jornal, elenca importantes informações acerca da sociedade fluminense de então, bem como do público ao qual o periódico era inteiramente destinado. O público leitor, nas variadas seções do jornal, tinha acesso a fatos que transcendiam as fronteiras da Corte imperial e das outras partes do país. Assim, na condição de veículo de informação

de ampla popularidade, os leitores eram inteirados de acontecimentos, geralmente de ordem política e econômica, pertinentes à Europa, Ásia e Estados Unidos da América.

O Correio Mercantil conquistara uma considerável gama de leitores não somente na Corte carioca como também nas províncias circunvizinhas. Seu público assinante era constituído em grande parte pela minoria letrada elitista que sob influência da modernidade vigente, ditava seus modismos no jornal. Contudo, a participação de segmentos populares menos favorecidos na dinâmica do Correio Mercantil era recorrente. Nesse espaço o público leitor se manifestava por meio de diversificados pareceres, os quais tramitavam entre elogios, críticas, esclarecimentos, pedidos de desculpas, produções literárias, denúncias, anúncios e desse modo contribuía para que as práticas sociais quotidianas fossem difundidas no periódico.

Nas edições iniciais da década de 50 do século XIX o Correio Mercantil era inteiramente editado em francês aos domingos. A seção “A Pacotilha” surge com a finalidade de substituir tal intento. Nesse sentido, Rebelo (2012) salienta que a substituição em voga fora concretizada:

“por um suplemento de muito mais importância _ “A Pacotilha, uma publicação partidária que se tornou célebre e temida pela pontualidade, pela crítica pungente, pelo vigor e pelo espírito enérgico de muitos de seus artigos.” (REBELO, 2012, p. 56-57).

As edições do Correio Mercantil aqui analisadas correspondem às publicações de “A Pacotilha” que circularam entre 27 de julho de 1852 (ed. nº 178) até 31 de julho de 1853 (ed. nº 212).

O jornal era estruturado em quatro páginas, cujos conteúdos se dispersavam em um quantitativo que oscilava de cinco a oito colunas. A primeira página do Correio Mercantil era pretensamente a melhor organizada e constante, visto que trazia a parte editorial do periódico e o seu conteúdo, distribuído em miúdas letras por cinco estreitas colunas, era pautado nos assuntos oficiais do governo, políticos e nos importantes eventos culturais da sociedade carioca oitocentista.

O cabeçalho trazia o informativo referente às assinaturas do periódico, aos preços que variavam em relação à Corte e às províncias vizinhas, bem como aos locais onde as vigentes assinaturas poderiam ser efetivadas, geralmente no escritório do próprio jornal ou nas agências a serem anunciadas. As assinaturas eram pagas mediante adiantamento e eram abertas em dias determinados de cada mês, do mesmo modo, as publicações de caráter particular também eram pagas com antecipação. Na edição de nº 178 publicada a 27 de junho de 1852, os redatores informam que os preços das assinaturas na Corte eram de respectivamente, “16\$ por anno, 8\$ por seis mezes e 4\$ por tres. _ Para as provincias, 18\$ por anno, 9\$ por seis mezes e 5\$ por tres”. (CORREIO MERCANTIL, 27/06/1852, p. 01).

A segunda página, cujos assuntos também se dispersavam entre cinco a seis colunas, como segmento à primeira página também trazia algumas abordagens a fatos políticos, a eventos culturais e a algumas publicações literárias. Contudo, o destaque era para as notícias, aos fatos diversos, ao quantitativo de estrangeiros que entravam e saíam do país, às publicações a pedido e à seção “Escriptorio da Pacotilha”.

As últimas páginas estavam mais direcionadas às questões de ordem comercial, econômica, aí se concentravam os informativos acerca das transações comerciais internas e externas, a

exemplo da atividade cafeeira; as declarações oficiais por parte de instituições públicas, privadas e religiosas, tais quais os segmentos militares, as associações filantrópicas, as irmandades religiosas; os avisos marítimos; os leilões e os anúncios de teor diversificado.

Antes do público leitor ter acesso ao heterogêneo conteúdo do Correio Mercantil, na primeira página, logo abaixo do cabeçalho e antes da seção A Pacotilha, era-lhes apresentado um breve enunciado/sumário intitulado “Factura”, o qual expunha-lhes os principais fatos a serem abordados no decorrer da edição em pauta. Assim, na edição nº 2 de 02 de janeiro de 1853, as discussões levantadas no jornal tramitaram em torno dos seguintes assuntos:

“FACTURA. _ Introdução: a crise ministerial; a cessação do tráfico cessou; o baile do Sr. brigadeiro Peixoto; a tertulia do Sr. Saraiva; o baile do Porto das Caixas; os tres f f f; estatística dos estrangeiros que entrarão e sairão desta capital em 1852. _ Testamento em verso, pelo Poeta dos Farelos. _ Memórias de um Sargento de Milícias, cap. 25. o mestre de reza. _ O Poeta Gamboense. _ Diversas. _ Escriptorio da Pacotilha”. (CORREIO MERCANTIL, 02/01/1853, p. 01).

Após essa introdução segue-se a exposição da narrativa pacotilheira. Ao fim da explanação de cada artigo ou texto literário, por exemplo, os redatores não apresentavam um subtítulo para que os leitores se orientassem a respeito do que seria tratado a seguir. O leitor toma ciência de que se inicia uma nova discussão ao se embasar nas informações propostas na “factura” e por conta do travessão inserido no parágrafo seguinte ao fim do discurso anterior.

O discurso predominante na Pacotilha era estruturado em uma linguagem caricata, crítica e satírica. Os principais alvos das alfinetadas pacotilheiras eram o governo, a Igreja e a escravidão. Gomes (2017) atenta para o fato de que o discurso de “A Pacotilha” visava difundir um ideal civilizatório. A seção intencionaria, pois, “civilizar” o público leitor ao privilegiar os bons costumes. Os segmentos criticados pela Pacotilha eram diversos e provenientes de todos os setores sociais: “próximos ao imperador Pedro II, gente das câmaras políticas e gabinetes governamentais, ou mesmo cidadãos comuns e mais pobres” (GOMES, 2017, p. 09). Todos os setores apontados na seção atentavam contra os ideais civilizatórios apregoados no Correio Mercantil.

As atividades empreendidas na Câmara Municipal da Corte eram constantemente ridicularizadas pelos redatores da Pacotilha, como na ocasião em que a pauta da reunião parlamentar versava sobre o reajuste salarial dos parlamentares:

“[...]. As rendas publicas (graças á pauta ereada pelos homens cuja opinião política está fora do poder) avultão; e como se o paiz não tivesse empenhos a cumprir, necessidades a satisfazer para preparar-lhe um futuro a que é destinado pela sua natureza e recursos, novo como ainda é, os suaves representantes entendem que o meio mais conveniente de emprega-las é reparti-las pelos altos funcionários públicos, e mimosear com ellas aos escolhidos da actualidade. [...]. Não é mais possível servir estes empregos em um paiz de tanta renda sem grandes ordenados; [...]”. (CORREIO MERCANTIL, 27/06/1852, p. 01).

O redator prossegue argumentando que os “suaves” se valiam de pretextos tais quais “a dedicação, o patriotismo e amor da glória” para concretizarem seus intentos; a ação dos

parlamentares é então comparada a um leilão e as rendas a serem repartidas a um pão-de-ló. Contudo, o autor reitera que parte desta gama política, especialmente os ministros, há muito recebiam significativos honorários e gozavam de aclamada reputação social, portanto, “não se gastão assim ilustrações por tão pouca cousa: o poder não é um sacrifício, é um comodo, não é aspiração de gloria, é um mero emprego e um goso” (CORREIO MERCANTIL, 27/06/1852, p. 1).

Entre os beneficiários do projeto em pauta, além dos ministros, o autor cita desembargadores, presidentes, membros do supremo tribunal de justiça, secretários e emenda que “é bem provável que os bispos e os vigários não fiquem no esquecimento”. Sustenta que não há dificuldades em se extorquir o povo em prol dos funcionários públicos, uma vez que o grosso popular os elegeu mediante a violência e a corrupção, “este paiz não se governa senão com os favores dos cofres públicos, ou com o arbitrio e o chicote” (CORREIO MERCANTIL, 27/06/1852, P. 01).

Em outro momento, os redatores ironizavam a abertura das câmaras municipais no mês de maio, bem como o caráter da política da época e a inútil aquisição de títulos:

“Effectivamente todos os annos o mez de maio vem trazer a esta muito leal e heroica cidade um redobramento de vida e de animação. Sob o systema que felizmente nos rege de ha cinco annos, a chegada dos suaves e naturaes das dezoito provincias do imperio e sempre um objecto de curiosidade para aquelles que seguem com attenção as diversas phases de uma luta tenaz entre uma natureza rebelde e a civilização franceza [...]. Os alfaiates, os sapateiros, os cabelleireiros, os ourives, e todo esse mundo de gente que vive á custa da tollice alheia, applaude a chegada dos leões provincianos que vem, mediante a quantia de vinte mil réis diarios, salvar o paiz da borda do abysmo para onde o empurra uma facção anarchica (a opposição)”. (CORREIO MERCANTIL, 22/05/1853).

A ocasião é comparada a uma cerimônia matrimonial. Como o mês de maio é dedicado às noivas, a despeito da crítica aos títulos, à aquisição insignificante desses, os redatores satirizam o evento como propício ao “tão numeroso batalhão das tias”, ávidas a conquistarem, a qualquer custo, um marido deputado e comendador.

Em suma, os atritos políticos do período estavam atrelados à politicagem inerente aos partidos Conservador e Liberal, cujos integrantes eram, respectivamente, alcunhados de saquaremas e luzias. O Correio Mercantil, aliado ao partido Liberal, corriqueiramente noticiava fatos que atingiam os saquaremas. Assim, em artigo publicado a 02 de janeiro de 1853, o “magnata saquarema” era responsabilizado por contribuir com o tráfico de escravos e com o atraso do país rumo à civilização:

“Desembarcão há dias, em uma das praias do sul (sempre o maldito sul!) 600 escravos, que dizem mandara vir um magnata saquarema, e cujo desembarque foi protegido por 150 homens armados até os dentes [...]. O que é porém verdade é que a cessação do tráfico cessou, e que não tardarão a chover por ali negros e [?], o que, segundo o axioma saquarema, muito há de concorrer para a nossa civilização. O navio trazia bandeira americana, e é impossível que os Yankees, que são homens justos e honestos, consintão que o glorioso pavilhão de Washington sirva de escudo a infames traficantes de carne humana. [...] uma nação civilisada como os Estados Unidos, não brinca com as palavras _ Honra nacional!” (CORREIO MERCANTIL, 02/01/1853).

A aversão aos conservadores no jornal era compatível com a aversão aos portugueses (GOMES, 2017) que em grande parte se aliaram ao partido Conservador e por muito tempo mantiveram centralizado o poder sobre o comércio no país. Os liberais lutaram pela nacionalização do comércio e contra a presença portuguesa no país, sinônimo de regresso. Essa repulsa aparecia em vários momentos na Pacotilha, desde os pareceres dos redatores até às queixas de cidadãos anônimos:

“Ao portuguez que tem venda em Benfica, e que atacou foguetes por ocasião de se verificar o *triumpho* do governo nas eleições do Engenho Velho, diga-lhe que se metta com as cousas da sua terra e deixe as da terra alheia” (CORREIO MERCANTIL, 21/12/1852, P. 02).

No tocante às eleições municipais de 1852, a Pacotilha lançara, por meio do editor Carijó, “aos seus fregueses e eleitores” uma chapa integrada por nove “cidadãos” para a composição da Câmara Municipal, pela qual conclamava aos eleitores a selecionarem rigorosamente os seus representantes e assim nomearem “gente de cabeça” e “não de algibeira”:

“Nomeai homens que amem a glória, que amem o esplendor da nossa capital, e sejam capazes de compreender a época em que estamos, e não sejam apóstolos de um regresso selvagem, ou que vão para a mesa da camara receber como idéas novas aquillo que é mais velho no mundo urbano do que o azeite e vinagre nas tavernas [...]”. (CORREIO MERCANTIL, 08/08/1852, p. 01).

Na margem contrária às tensões políticas, encontravam-se os grandes bailes aristocráticos, os quais ocupavam expressivo espaço nas primeiras páginas do Correio Mercantil e que se disseminavam na sociedade carioca oitocentista, sobretudo entre os indivíduos da alta sociedade. A respeito da expansão dos requintados bailes, em carta endereçada a Carijó e Comp., um escrevente que assinava por “O Observador” esboçava uma leve contrariedade:

“[...] Por fallar em bailes, Sr. Carijó, que remédio haverá para esta epidemia? Dizem que é civilização: que o seja, mas custa muito caro para um pobre pai de familia. Eu já não sei como hei de me haver; minhas meninas fallando-se em baile não lem, não escrevem, não cosem, nem querem mais vestidos de chita em casa; são exposição de Londres, schotische e sedas [...]”. (CORREIO MERCANTIL, 01/08/1852, p. 03).

Esses eventos partiam da iniciativa das inúmeras associações e sociedades esparsas pela Corte imperial, das quais emergiam bailes como os da Harmonia Nitherohiense, Sylphide, baile da Campestre, Sociedade Recreio dos Militares e o baile do Cassino, um dos mais esperados e prestigiados na Corte fluminense. Os redatores da Pacotilha marcavam presença em grande parte dessas pomposas festas, principalmente o Carijó:

“Lord R... veiu então ter com o Carijó, e ambos partirão do Cassino, o primeiro tributando os maiores elogios à graça, à delicadeza e ao gosto dos brasileiros, e o segundo sentindo um certo orgulho porque um estrangeiro instruido e delicado tinha achado alguma cousa digna de elogio no malfadado Rio de Janeiro”. (CORREIO MERCANTIL, 01/08/1852, p. 01).

O baile em questão acolhia figurões da alta sociedade carioca e paulista da época, inclusive, na referida ocasião o Carijó destacara a presença dos imperadores do país. Os bailes da Sylphide e da Harmonia Nitherohiense também contaram com as observações do redator pacotilheiro, cujas impressões eram expostas na Pacotilha especialmente para as leitoras. Neste âmbito, o redator descrevia detalhadamente os elementos que compuseram o baile, desde as valsas; as personalidades, a exemplo de afamados militares, políticos, conselheiros de estado; aos trajes e penteados das damas. Carijó definia tais eventos como “uma reunião onde se passam algumas horas agradavelmente no seio de uma sociedade escolhida”. (CORREIO MERCANTIL, 08/08/1852, p. 01).

A presença dos redatores era igualmente firmada nos bailes particulares e jantares formais, locais onde predominava o transitar da “gente escolhida da sociedade”, assim, a respeito de um baile na casa do Sr. Pinheiro, Carijó expusera as seguintes considerações: “[...] Vêde como é bem escolhida esta sociedade, e como reina essa harmonia que estabelece a igualdade de costumes e de educação”. (CM, 08/08/1852, p. 01).

Parte considerável do público leitor da Pacotilha era feminino. Algumas freguesas escreviam ao jornal para solicitar dos redatores que fossem mais detalhistas em relação aos bailes e às personalidades, em especial às mulheres. Houveram leitoras que sob pseudônimos, escreviam artigos para o Correio mercantil como a escrevente identificada por “A Guanabarensê”, integrante da elite carioca que redigira um artigo para a Pacotilha, pelo qual evocava descontentamento concernente às críticas que recebera por ter sido publicado em momento anterior no vigente jornal, uma carta em que a leitora tecia algumas observações sobre o baile da Harmonia Nitherohiense.

Diante da recepção negativa, ao cogitar a possibilidade de não mais escrever para publicações no jornal, a “Guanabarensê” atentara para o fato de que a condição de escritor no país não era bem aceita quando abraçada pelo universo feminino, principalmente quando esse segmento transcendia os limites dos poemas melosos e partia para uma escrita mais agressiva e crítica:

“Illm. e Exm. Sr Carijó. [...] V. Ex. melhor que ninguém sabe quanto é acanhada e incompleta a educação que entre nós se costuma dar às mulheres, a essas *illotas* da sociedade que parecem condenadas a um eterno captiveiro, [...]. Sahir desse estreito circulo a que uma sociedade mal organizada tem condemnado a mulher, que no entanto quando chamada a exercer as augustas funções de mãe é o primeiro e mais poderoso agente que influi directa e immediatamente sobre toda a vida de seu filho [...]”. (CM, 01/08/1852, p. 1).

A leitora continua a expor a sua indignação diante da forma irônica, sarcástica, em que fora atacada pela crítica ao ser chamada de “mestra de meninas” e “bas-bleu”, referência pejorativa pela qual os franceses tratavam as suas escritoras. Quanto a essa postura a queixosa leitora salienta que “isso mesmo prova a leviandade dessa nação, que deveria ter mais escrúpulos em escarnecer das mulheres que ousão pegar na penna” (CM, 01/08/1852, p. 1).

A escrevente alega improcedência nas críticas, visto que assuntos políticos, ou que atingissem determinadas instituições da sociedade carioca não eram pauta em suas produções escritas, o que a distanciava da condição de “D. Quixote feminino”. Por fim, tece considerações a respeito das frequentes reuniões empreendidas em sua residência com amigos, momentos em

que abundavam discussões que abrangiam temáticas diversas e leituras de obras de renomados escritores nacionais e estrangeiros.

Em contraste com a sociedade ideal, reduto da civilização e da “gente escolhida” que constituía os grandes bailes aristocráticos apreciados pelos redatores do Correio Mercantil, a subseção “Escritório da Pacotilha” apresentava aos leitores um universo social à margem, desordeiro, ameaça constante ao progresso, à moral e aos bons costumes. Nesse espaço adentramos no cotidiano das camadas populares do Rio de Janeiro oitocentista que aí deixavam resquícios de suas vivências e práticas ao estabelecerem diálogos calorosos com os redatores Carijó, Gregório e Antônio.

No “Escritório da Pacotilha” eram abundantes as conversações diretas entre os leitores e os editores. Nesse sentido, Alcides Ribeiro (2005) chama a atenção para os diálogos alegóricos estabelecidos, notando-se que o espaço em questão era constituído perante as bases da ficção e da realidade. Assim, os escreventes ao tecerem suas respectivas solicitações, se comportavam como personagens que oriundos dos seus quotidianos reais, apelavam para os “enfardamentos” dos juízes redatores, a saber, Carijó e Companhia que apenas na condição de espectadores distantes, lhes prestavam as possíveis soluções.

Os “enfardamentos”, como eram conhecidas as publicações da “Pacotilha”, eram democráticos, já que recaíam sobre todos os setores sociais e às instituições públicas indistintamente. Bastava atentar contra a ordem, a moral e aos costumes para ser alvo de críticas no jornal, seja por parte direta dos redatores, ou dos cidadãos escreventes.

A questão da salubridade pública, por exemplo, angariava preocupações na sociedade fluminense e frequentemente ganhavam espaço na Pacotilha. Rebelo (2012) ao descrever a paisagem urbana do Rio de Janeiro de 1831 apontava-a como em nada limpa, era integrada por:

“ruas estreitas e tortas, cortadas ao centro por uma vala onde se acumulava toda espécie de imundície, casas sem luz, nuvens de moscas, nuvens de mosquitos, tifo, malária e febre amarela endêmicos, que as procissões noturnas, de encapuzados não debelavam, e por toda parte baratas, lacraias, cupim, feiura, descaso, negligência e abandono”. (REBELO, 2012, p. 26).

Na década de 50 do século XIX a situação pouco mudara, visto que muitas eram as reclamações na Pacotilha direcionadas aos fiscais de freguesias, à Câmara Municipal e à Junta de Higiene acerca de animais soltos pelas vias públicas, tais quais cavalos, porcos e galinhas, o que dificultava o trânsito de pedestres e veículos; da atividade irregular de abatedouros que chegavam a comercializar “carnes podres”; de ruas intransitáveis em decorrência das chuvas e do acúmulo de lixo; de ruas sem calçamento ou com calçamento danificado, tal qual explanara um reclamante à redação pacotilheira:

“Torne a perguntar a quem competir se não sabe que nas ruas do Suspiro, Mangueira e Cemiterio, lá para a Gambôa, mora também gente, pois que taes ruas estão em temível estado: e se não quizer ter o trabalho de as mandar calçar de novo, mande ao menos construir duas pontes em cada uma das supramencionadas, para também termos uma copia de Veneza”. (CM, 21/12/1852, p. 2).

Em carta assinada por “O amigo da pobreza” é relatado o descaso da administração pública

para com o bairro Cidade Nova, cuja maior parte dos mangues era habitada por gente pobre: “este bairro, futura esperança de uma bella cidade, tem sido abandonado”. O reclamante atenta para a existência de uma ocupação irregular e de uma injusta distribuição territorial na localidade, fato que desrespeitava, inclusive, as posturas da Câmara Municipal e prejudicava o abastecimento de água aos que moravam no Aterrado e S. Diogo:

“Todos os bairros os mais distantes estão abastecidos d’água; estes, no sopé da caixa, vendo-a cair em jorros para o mangue, sem terem um pouco dela para mitigar-lhes a sêde! Este infeliz logar chama-se Aterrado e S. Diogo”. (CM, 08/08/1852, p. 2).

Os despejos de águas pútridas e dejetos pelas ruas da Corte, algumas vezes atingindo os passantes, se constituíam, respectivamente, na maior causa de desentendimentos entre vizinhos e de enfardamentos na Pacotilha:

“[...] escreva ao fiscal de S. José para que lance suas piedosas vistas sobre a travessa do Paço, pois que das 10 horas da noite em diante torna-se intransitável pelas caldeiradas d’água que jogão muitos dos seus moradores”. (CM, 21/12/1852, p. 2).

Incomodo similar fora descrito em carta de moradores da praia do Caju acerca de um depósito de escravos, os quais eram vendidos no interior do país e que durante o período em que se mantinham instalados no depósito:

“[...] todas as noites antes das 8 horas começam a sahir as [?] *aromáticas* em procissão para a praia, que obrigão a retirarem-se para dentro as famílias que se achão á porta de suas casas gozando do fresco da noite, tornando assim aquelle logar de recreio em vallongo o mais immundo e asqueroso”. (CM, 27/03/1853, p. 1).

A sociedade carioca de meados do século XIX como elencara Roberto Moura (1995), se via tomada pela burguesia e seus ideais, onde, perante a transição de governo, Monarquia à República, é implantada a supremacia da minoria, a qual acabara por estender suas redes sobre as sanções sociais. Contudo, a sociedade carioca em pauta na Pacotilha se mostrava tão monarquista quanto em épocas anteriores, arraigada a tradicionalismos, distante do progresso e da civilização.

Ao grosso da população urbana da Corte, integrada pela massa pobre, escravizada, mestiça, livre e forra, coube a segregação, foram usurpados os seus direitos de interagir livremente na sociedade que era gestada. Esta gama execrada encontrava restrições, inclusive, no que remete ao exercício da vida política e do mercado de trabalho. Gabriela Reis Sampaio (2009) reitera que:

“Em 1849, 41,5% da população do Rio de Janeiro era escrava; só na corte havia quase 80 mil cativos, em uma população de quase 206 mil habitantes. O Rio tinha a maior população escrava urbana das Américas, além dos milhares de negros libertos e livres, e pretos e pardos, o que deixava as autoridades no mínimo muito apreensivas”. (SAMPAIO, 2009, p. 153).

Esses dados preocupavam as camadas dirigentes e instauravam um clima de apreensão, fator que situavam os grupos sociais menos favorecidos, maioria no universo sociocultural carioca,

em uma zona de constante suspeição.

A ótica direcionada a estes sujeitos passa a ser nutrida de maior rigor com a eclosão, na primeira metade do século, das epidemias de febre amarela e varíola, em que os grupos abastados se valeram do discurso higienista como pretexto para impor suas ideologias de cunho positivista e racial. Assim, almejavam retirar as “classes perigosas” da região central da cidade, ao passo que na medida em que os sujeitos da elite se dispersavam para localidades vizinhas e regiões serranas temendo a contaminação, muitas das residências abandonadas eram tomadas por indivíduos considerados extremamente ofensivos (CHALHOUB, 1996, p. 56).

Os discursos voltados para a manutenção da ordem e da salubridade pública eram impregnados da ideia de higienização social. Os assuntos em abrangência na Pacotilha muito contribuíram para a difusão dessas ideias, já que por inúmeras vezes, tal qual elencara um escrevente a Carijó e Comp., a subseção se ocupava “dos melhoramentos e limpeza da cidade, para evitar os males que provém de acumulação de indivíduos, falta de asseio, etc” (CM, 16/01/1853, p. 02). O suplicante clamava à “junta de hygiene publica e ao Exm. Sr. Sc. Chefe de polícia” providências em relação aos:

“immensos cortiços e casas ocupadas por grande número de pretos e pretas Minas (principalmente à rua da Pedreira da Conceição), que além das immoralidades constantemente praticadas que escandalisam horrivelmente a vizinhança honesta, seus quintaes são pelas immundicias que contem aguas estagnadas e putridas focos de infecção que na quadra actual deve concorrer para o desenvolvimento de novas moléstias ou para alimentar as que já existem”. (CM, 16/01/1853, p. 2).

As queixas aos cortiços eram corriqueiras na Pacotilha, tais locais eram associados às algazaras, imoralidades, abrigo de vadios e ébrios. Muitas vezes, passavam batido às vistas das autoridades fiscais, como o cortiço localizado ao “fundo da venda da rua do Hospício de Pedro II”, onde o reclamante solicitava a intervenção do chefe de polícia, pois, os:

“trabalhadores ilhéos que ahi morão encommodão quase todas as noites até de madrugada a vizinhança com palavras obscenas, gritos e o sapatear de uma dança infernal e asselvajada. Informe mais a S. Ex de que o dono da vennda tem tratado com soberana indiferença as justíssimas reclamações dos vizinhos, sendo de notar que quase nos fundos do tal cortiço mora um inspector de quarteirão”. (CM, 03/04/1853, p. 1).

O reclamante salienta que “a tal brincadeira termina a paulada, e então vem reforçar o côro algumas grosas de injúrias e impropérios acompanhados de murros e gemidos” e finaliza a queixa ao apontar que os divertimentos eram aceitáveis desde que não intentasse “incomodar os vizinhos, e ainda mais injuriar pessoas respeitáveis e honestas [...]”. (CM, 03/04/1853, p. 01).

Os redatores da Pacotilha constantemente cobravam assídua vigilância por parte dos serviços de proteção nacional, a saber, as forças militares, a polícia e a Guarda Nacional, visto que eram representantes da ordem, o que tornava inadmissível qualquer transgressão por parte dessas instituições. Quando alguns setores apresentavam conduta duvidosa, os “enfardamentos” da Pacotilha tratavam de convidar-lhes à correção.

Em queixa dirigida ao comandante de determinado batalhão do exército, o escrevente

alertava para a postura de alguns soldados que “todos os dias estão no morro do Livramento portando-se com a maior indecência possível” e informava às autoridades de “que no mesmo morro, todos os dias de manhã e de tarde, ha uma porção de vadios occupando-se somente em jogar e brigar, contendendo com as pessoas que por perto delles passão”. (CM, 24/10/1852, p. 2).

Em outro momento a reclamação era voltada para uma taberna localizada na Ilha das Cobras, onde se concentravam com frequência uma turma de “patuscos de violas e machetes”. O queixoso leitor esboçava indignação em relação aos militares que ignoravam a situação:

“Os soldados da terra e os imperiaes marinheiros não deixão a ladeira para baixo e para cima; e as palavras que se dizem, as açções que se praticão e os desaforos que sahem pela porta de tal venda, de envolta na algazarra daquella gente honesta, é inconcebível”. (CM, 17/07/1853, p. 2).

É provável que esses militares também compartilhassem desses divertimentos nos instantes de folga. Contudo, tão escandalosa quanto a participação e omissão das autoridades policiais nesses movimentos, era a indisciplina por parte de determinados membros eclesiásticos que frequentemente surgiam nas páginas da Pacotilha na condição de bisbilhoteiros, amantes do dinheiro, das jogatinas, farras, bebedeiras e orgias. Um reverendo residente na Rua dos Funileiros era corriqueiramente “empacotilhado” ao insultar a vizinhança diante da prática de “actos de immoralidade improprios de um ministro de Christo, fazendo de sua casa a praça do mercado de negras Minas” (CM, 21/12/1852, p. 02).

O citado clérigo já havia sido advertido na Pacotilha em decorrência do seu deplorável comportamento. Nesse “enfardamento” o reclamante sugeria à polícia uma revista na casa do reverendo, dada a possibilidade de lá encontrarem “algumas brucharias de negras Minas” (CM, 19/12/1852, p. 02).

Diante dos “empacotilhamentos” relatados é evidente a persistência das autoridades em policiar e tentar manter sob controle as ações das classes populares, sobretudo, as que habitavam as áreas periféricas da Corte como os morros. Desde a proibição da prática do entrudo, a repressão aos ajuntamentos, secretos ou públicos; aos divertimentos populares, tais quais os sambas e os batuques se intensificaram. O temor acerca de possíveis rebeliões e revoltas, principalmente de escravizados, como a Revolta dos Malês, ocorrida na província da Bahia em 1835 (REIS, 1986), rondava a Corte e os lares das famílias tradicionais cariocas.

A postura vinculada à proibição do entrudo nas freguesias do Rio de Janeiro, a saber, da Candelária, Santa Rita, Glória, Sacramento, São José, Engenho Velho fora publicada na Pacotilha na subseção “Polícia Fiscal” sob os seguintes termos:

“Fica prohibido o jogo de entrudo dentro do município: qualquer pessoa que o jogar incorrerá na pena de 4\$000 a 12\$000, e não tendo com que satisfazer sofrerá de 2 a 8 dias de prisão. Sendo escravo sofrerá 8 dias de cadeia, caso seu senhor o não mande castigar no calabouço com 100 açoutes, devendo uns e outros infractores serem conduzidos pelas rondas policiaes à presença do juiz para os julgar à vista das partes ou testemunhasque presenciarem a infracção. [...]. Aos fiscais com seus guardas tambem fica pertencendo a execução desta postura. [...]. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1853”. (CM, 06/02/1853, p. 3).

Quanto à prática do carnaval à moda europeia não havia restrições por parte das autoridades, visto que era considerada uma prática civilizada, tanto que nos anúncios que recheavam as últimas páginas do Correio Mercantil, era comum a oferta de máscaras e fantasias para tal festejo e para os bailes de máscaras, organizados por iniciativa particular ou por associações.

A vigente discriminação sobre tudo o que condizia com o meio cultural popularesco, se fazia mais vigorosa em virtude da presença negra africana. A prática da capoeira ilustra bem tal quadro, atividade definida por um freguês da Pacotilha como “praga velha, contra a qual todos os dias estamos a clamar sem achar quem nos escute os clamores” (CM, 19/09/1852, p. 02).

Novamente a omissão por parte das camadas dirigentes era enfatizada, fator ainda mais evidente na denúncia perpetrada pelo “o amigo da justiça” endereçada à Pacotilha a respeito do equívoco cometido pela polícia ao prender o Sr. Francisco Corrêa do Amaral, morador na rua do Príncipe. O denunciante alegara que enquanto as autoridades policiais se ocupavam de um cidadão honesto e íntegro, deixava, em contrapartida, “as ruas entregues a hordas de capoeiras” e os demais cidadãos à mercê de “ébrios, dementes, mendigos, ratoneiros e salteadores” (CM, 27/06/1852, p. 1).

Eugênio Líbano Soares (1999), ao empreender um estudo concernente ao trânsito de capoeiras no Rio de Janeiro oitocentista, destaca a capoeiragem como um mecanismo de autoafirmação identitária, adotado por negros livres e escravizados em contraponto às condutas sociais opressoras e segregacionistas vigorantes. Soares (1999), inclusive, salienta a importância das maltas, grupos organizados e constituídos por capoeiras, no que remete à disseminação da prática e afirmação de uma determinada identidade, culturalmente falando, própria.

Em meados do século XIX as maltas exerciam significativo domínio em múltiplos espaços da sociedade carioca, cujas relações acabam sendo mais fortalecidas em fins do oitocentos. No que se refere às bases destas organizações, Soares (1999) ressalta que havia todo um ritual de preparação sobre os sujeitos que desejavam integrá-las, geralmente garotos arruaceiros. O processo era encerrado quando estes meninos recebiam o chapéu e a navalha, esta última, símbolo desse substrato social e que conduziu Eugênio Líbano a denominar a conjuntura sociocultural da época de “império das navalhas” (SOARES, 1999, p. 306).

A “falta de energia” dos políticos com relação à capoeiragem fora novamente atacada na Pacotilha:

“Não sabemos aonde irá parar o progresso que teem feito os capoeiras algum tempo a esta parte: todos os dias aparecem mortes, facadas a todos os instantes, tudo devido aos capoeiras: Nenhum melhoramento ou providência temos visto a tal respeito” (CM, 15/08/1852, p. 3).

Em seguida é relatada a ocasião em que um escravo fora agredido na rua do Senhor dos Passos, o qual escapara de ser degolado, mas, não de um “talho” nas nádegas que o privara de andar. Em outro momento, outro escravo, pertencente aos mesmos donos do primeiro escravo agredido, por pouco escapara da morte ao ser cercado por um grupo de capoeiras em uma noite no morro de “Paula Mattos” (CM, 15/08/1852, p. 03).

A capoeiragem era tomada enquanto uma prática hedionda, o discurso da Pacotilha em muitos aspectos contribuiu para a afirmação de tal imagem. Em suma, como aponta Líbano

(1999), a capoeiragem, na condição de elemento integrante do universo geográfico-cultural do Rio de Janeiro, acompanhou as modificações, especificamente de âmbito político e social que acometiam a cidade. Por volta da década de 60 do século XIX a presença de imigrantes entre as maltas de capoeiras já se fazia marcante, bem como a atuação política destes grupos junto a setores partidários e da instituição policial, emergindo destas relações um favoritismo que fundamentalmente contribuiu para a perpetuação da capoeira e da prática da capoeiragem.

Neste âmbito, a omissão por parte das autoridades policiais, tão criticada por Carijó e Companhia e pelos leitores da Pacotilha, era fundamentada nas relações de apadrinhamento que sorratamente aí se firmavam, vale salientar que havia militares adeptos e que exerciam a prática da capoeira. Inclusive, um leitor queixoso questionara “às autoridades de Nitheroi” se haveria necessidade “de marchar em frente da Guarda Nacional” uma malta de capoeiras que “na ocasião de ir guardar a bandeira a guarda de horna que servia na abertura da assembleia provincial”, seguia “armados de páos” e aos “brincos de capoeiragem” (CM, 08/08/1852, p. 02).

No que concerne à relação da Pacotilha com a escravidão, precisamente com o abolicionismo, Gomes (2017) sustenta que vigorava uma relação embasada na hipocrisia. De fato, ao adentrarmos no âmago da sociedade escravocrata da Pacotilha, nos deparamos com uma redação que ora tratava o sistema escravista enquanto um retrocesso ao alcance do progresso e da civilização, ora alimentava-o mediante os anúncios em que predominavam as ações comerciais de vendas, os aluguéis e os leilões de escravos.

Tal dualidade pode ser exemplificada a começar pelo artigo publicado por Carijó na Pacotilha a respeito de um acontecimento vivenciado por um dos “mais espirituosos escriptores e poeta amável” do país, cuja experiência remeteu-lhe à algumas passagens da obra *Senzala* do tio Tom da escritora Miss Stowe. Assim, o escritor elencara ter presenciado “em uma fazenda a poucas leguas da capital da província” a divisão de alguns escravizados, legado de uma herança há uns poucos herdeiros. Nesse processo, familiares eram cruelmente separados do convívio entre si.

O “observador” elenca que as partes separadas reagiam com pesaroso choro, “lágrimas cahão em borbotões sobre essas faces onde não costumão reflectir-se as sensações da alma” (CM, 06/02/1853, p. 01). Por fim, Carijó conclui que o combate ao tráfico era “uma missão santa, grande, nobre e generosa” e cujos homens que atacavam os “velhos preconceitos enraizados no interesse, teem feito dar um passo progressivo a essa grande questão utilitária e civilizadora”, visto que se empenhavam a destruir “um dos cancos mais asquerosos que jamais tenha affligido a pobre descendência de Adão” (CM, 06/02/1853, p. 01).

Os leitores, na condição de cidadãos, costumavam manifestar seus pareceres a respeito do tratamento que alguns proprietários davam a seus escravos, como um leitor que dedicara a sua queixa a uma senhora da rua larga de S. Joaquim:

“Já lá se foi o tempo em que cada casa desta cidade era umcalabouço, e em que se reputava obra muito meritoria espancar desde manhã até à noite os míseros escravos, que com o seu trabalho alimentão por ali muita preguiça; o espírito público esclarecido revolta-se contra esse barbaro systema” (CM, 06/02/1853, p. 2).

Opondo-se às colocações “abolicionistas” acima referidas, encontrava-se na Pacotilha toda

a logística do sistema escravista imputada nos anúncios de compra e venda de escravos, nos avisos de fuga e nos leilões, em cujas situações o negro era personagem representado de formas diversas, de comum havia apenas o fato de que o escravizado não era tratado como humano e sim enquanto peça comerciável.

Não havia um lugar para a população negra e mestiça na sociedade carioca da Pacotilha, os quais eram excluídos, impedidos de usufruírem de espaços públicos como os teatros, os bailes, a Igreja, as escolas, dentre outros, bem como de participarem de acontecimentos inerentes a esses setores.

Um “preceptor lá das bandas da MUNICIPAL”, diretor de um colégio, foi sarcasticamente ridicularizado na Pacotilha por um reclamante que o acusara de fazer uma “prelucção de doutrina christã” ao ousar em dizer que “as côres não são nada, os pretos são nossos HIRMONS [...]” (CM, 27/03/1853, p. 02).

Em outra instância, em correspondência datada de “Bananal, 1 de julho de 1852” assinada por “O Observador” e encaminhada a Carijó e Comp., o autor, ao informar-lhes acerca dos festejos do Divino, festa realizada na capela de Nossa Senhora do Rosário, explana seu descontentamento sobre a iniciativa do festeiro que optara pela música de escravizados em lugar do coro de música tradicional:

“[...] Ignoro os motivos que o levarão a assim proceder; mas sejam elles quaes forem, nunca serei de voto que uma musica de escravos, embora boa como a que veiu, seja propria para o templo. [...] Se fossemos ouvir tocar uma marcha ou ouvertura, diríamos que tínhamos gostado; mas as bellas harmonias do nosso maestro estropiadas por péssimas vozes, sahidas de physionomias africanas estão abaixo de qualquer critica possível” (CM, 01/08/1852, p. 2).

Um outro correspondente da Pacotilha chama a atenção para a desagradável presença de crioulas no baile da sociedade Recreação Brasileira (CM, 19/09/1852, p. 02). A cor manchava a harmonia do baile, ademais, a imagem da mulher negra na Pacotilha não era das melhores. Nas ocasiões em que apareciam eram descritas como imorais, “pretas constantemente embriagadas” (CM, 01/08/1852, p. 03) e cuja sensualidade, incitação aos favores sexuais, era exaltada até mesmo nos anúncios, como em um leilão na “rua de Matacavallos”, no qual “de todos os trastes la existentes” havia uma escrava à venda:

“de nome Clara, com as seguintes prendas: corta e faz toda e qualquer obra, faz rendas e picados, é perfeita lavadeira, engommadeira e cozinheira, muito fiel, e bonita figura, pois tem de idade 26 a 28 annos” (CM, 21/12/1852, p. 4).

Portanto, a conjuntura sociocultural do Rio de Janeiro de meados do século XIX, delineada na Pacotilha, pairava entre os constantes confrontos travados em dualidades tais quais a ordem e a desordem; o moderno/ cosmopolita e o antiquado/tradicional; o politicamente correto e o marginalizado; o público/coletivo e o privado/individual; entre o popular e seus respectivos costumes e o conservadorismo pseudoburguês.

Considerações finais

Os primeiros passos da imprensa periódica no país e o seu conseqüente desenvolvimento, implicaria, em suma, na ordenação do complexo espaço social que em termos culturais, políticos e econômicos, se encaminhava para a estruturação da nação brasileira, assim, os impressos que em dois séculos circularam no país testemunharam, reorganizaram e veicularam nossa história, deste modo:

“A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado”. (LUCA, 2012, p. 08).

No decorrer do século XIX a imprensa vivenciava um intenso e gradual processo de transição, desta maneira, uma imprensa de caráter artesanal e político caminhava rumo a uma imprensa empresarial. Entre as décadas de 30 e 40 do oitocentos, período regencial, a sociedade vivenciaria:

“uma verdadeira explosão da palavra pública, com crescimento visível de associações, de motins, rebeliões... e de periódicos. [...]. A imprensa constituiu-se como formuladora de projetos de nação distintos entre si (apesar das convergências) e de uma cena pública cada vez mais complexa, na qual emergiam atores políticos diferenciados. Permeiam as páginas dos jornais como protagonistas: soldados, oficiais de média patente, lavradores arrendatários, profissionais liberais, clero regular e secular, camadas pobres urbanas livres, homens negros, pardos e brancos, além da presença nítida das mulheres na cena pública, como leitoras ativas”. (MOREL, 2012, p. 42).

O século XIX se configura como um dos mais significativos e turbulentos períodos da história social, política e econômica do Brasil, cujos acontecimentos intensos perpassam por episódios como a chegada e a estadia da família real portuguesa (1808); a independência política e econômica em relação a Portugal (1822-1823); pela eclosão de movimentos revolucionários, em grande parte impulsionados por ideologias liberais, nas mais importantes províncias do país (1830-1845); a repressão à transação comercial de africanos para o Brasil por meio da lei Eusébio de Queiroz (1850); a abolição do sistema escravocrata (1888); a instauração do regime republicano (1889), bem como o despontar e o apogeu da economia cafeeira e as políticas de incentivo à imigração de meados e fins do referido século.

Contudo, como evidenciado na análise do suplemento “A Pacotilha” (1852-1853) do jornal Correio Mercantil, a situação da sociedade brasileira, especificamente a sociedade do Rio de Janeiro, então capital e sede administrativa do Império, decorridas mais de quatro décadas desde a chegada da família Real portuguesa, pouco mudara. Os costumes em geral, os modos de vida, as festividades religiosas, a estrutura precária e a sujeira das estreitas ruas, em muitos aspectos remetiam ao período colonial. Porém, ainda perante tal cenário, o Rio de Janeiro oitocentista era uma cidade movimentada, barulhenta. No cerne das redes transatlânticas, sustentáculos das

relações firmadas na sociedade escravocrata em vigência, a capital do Império se despontava como o centro naval e comercial do país, cujos portos de embarque e desembarque recebiam uma multiplicidade de mercadorias, dentre as quais, peças humanas. Portanto, a cidade se configurava como o maior mercado de escravos da América Latina. Sua importância, principalmente na esfera econômica, começa a despontar no século XVIII como elenca Roberto Moura (1995):

“Já no século XVIII, com o deslocamento do eixo econômico para as Minas Gerais, o porto do Rio de Janeiro crescera de importância, chegando no início desses novos tempos como o principal porto exportador de matérias-primas nacionais. A cidade é o principal centro distribuidor da economia rural da área, sendo o maior mercado de consumo tanto desta zona como dos produtos importados pelo país.” (MOURA, 1995, p. 45).

A partir dos anos 1850 o Rio de Janeiro vivenciara algumas melhorias materiais, tais como a instalação de rede de esgoto, o abastecimento domiciliar de água, o calçamento de ruas com paralelepípedos, a introdução de linhas de bondes puxadas a burro, a introdução da iluminação a gás, a arborização de ruas (SOUZA, 2011, p.211) e inclusive, projetos para a construção de estradas de ferro, a exemplo da proposta de um caminho de ferro que ligaria a Corte imperial à cidade de Ouro Preto em Minas Gerais (Correio Mercantil, 23/01/1853, p. 02). Tais melhorias se concretizaram em virtude dos lucros provenientes da produção cafeeira e da cessação do comércio de escravos para o Brasil, fator que disponibilizara recursos para investimentos posteriores em outras áreas.

O fato é que os lucros advindos dos referidos trâmites comerciais repercutiram nos melhoramentos da infraestrutura urbana do Rio de Janeiro de meados do século XIX e por consequência, na introdução de novos hábitos e costumes entre a população carioca, a saber, comer fora, frequentar passeios públicos, casas de banho, cafés, confeitarias, livrarias, teatros e bailes. A nova postura social era corriqueiramente exposta em várias seções publicadas no Correio Mercantil, especificamente às voltadas aos fatos diversos e aos anúncios, nas quais se faziam abundantes as referências aos pomposos bailes aristocráticos; aos saraus, jantares e bailes nas residências de particulares; às inaugurações de cafés, livrarias, confeitarias, bem como às inovações pertinentes a tais espaços; a divulgação de espetáculos teatrais, com destaque para as óperas, como os que ocorriam no Teatro Provisório e no Teatro Lyrico Fluminense. Por intermédio desses enunciados o leitor era inteirado acerca da intensa atividade comercial que movimentava a região central do Rio de Janeiro, cujos cenários principais eram ruas tais quais a da Quitanda, Direita, dos Ourives e a Rua do Ouvidor.

Esta última, se constituía em um espaço pluricultural de grande circulação de pessoas. Aí se acotovelavam sujeitos de diferentes grupos sociais e nacionalidades, não raro, por exemplo, era a presença de comerciantes estrangeiros com estabelecimentos que promoviam o comércio, tal qual explicitado em muitos anúncios esparsos pelo periódico Correio Mercantil (1852-1853), de finas “fazendas” (tecidos), artigos diversos e instrumentos musicais.

A sociedade fluminense de meados do século XIX como nos evidencia o Correio Mercantil (1852-1853), era formada por cerca de sete freguesias, a saber, de Sant’Anna, da Candelária, Santa Rita, Glória, Sacramento, São José e Engenho Velho, considerando-se os morros e a região

central, com destaque para bairros populares como a Cidade Nova e o bairro da Saúde. Nas referidas localidades, em suas ruas, largos e praças, onde geralmente se concentravam os teatros e outros recantos que agitavam o cotidiano da cidade, se fazia constante o transitar de figurões da alta sociedade, vendedores ambulantes, caixeiros de lojas, estrangeiros, escravos de ganho, negras quitandeiras, funcionários públicos e burocratas do Império.

A sociedade da “Pacotilha” (1852-1853), pluricultural, multiétnica, cosmopolita, tradicional, indiscreta, pomposa e popular, comportava em suas ruas, largos, praças, morros, praias, mangues, sobrados, casebres, lojas, lupanares, armazéns, tavernas, teatros, igrejas, dentre outros recantos, uma diversidade de segmentos sociais. Por estas localidades interagiam homens e mulheres dispersos entre distintos membros da aristocracia fluminense, políticos, profissionais liberais, profissionais autônomos, servidores públicos, religiosos, escravizados, forros, estrangeiros, militares, prostitutas, capoeiras, curandeiros, ciganos e outros.

Estes grupos sociais, apresentados no jornal em suas ordinariedades quotidianas, sustentavam no vigente veículo informativo uma rede de relações interpessoais estruturadas em um universo real embasado em dualidades, a saber, o nós e os outros, a vítima e o vilão, o conhecido e o estranho, o branco e o negro, o sadio e o degenerado.

As representações da dualidade branco e negro no periódico, precisamente entre o universo branco pseudoburguês de um lado e as vivências dos substratos pobres e mestiços de outro, marcavam as tensões sociais entre o pequeno contingente que almejava uma sociedade civilizada e a grande massa popular que nas concepções do primeiro grupo, se concretizava enquanto um entrave ao alcance da civilização ideal. Neste contexto, negros, forros, livres, mestiços, brancos pobres e estrangeiros, em especial os indesejados portugueses, ocupavam muitas páginas da “Pacotilha” na condição de desordeiros, ébrios, imorais, dissimulados, alienados, vadios.

Referências

Fontes

Correio Mercantil (1852-1853). Rio de Janeiro. Typographia do Correio Mercantil de Rodrigues e Comp. Rua da Quitanda, nº 55. In: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

ASSIS, Machado. *O Jornal e o Livro (I)*. Ao Sr. Dr. Manoel Antonio de Almeida. Correio Mercantil. Typographia do Correio Mercantil de Rodrigues e Comp. Rua da Quitanda, nº 55. Ed. Nº 10, p. 01 (10.01.1859). In: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

_____. *O Jornal e o Livro (II)*. Ao Sr. Dr. M. A. de Almeida. Correio Mercantil. Typographia do Correio Mercantil de Rodrigues e Comp. Rua da Quitanda, nº 55. Ed. Nº 12, p. 1-2 (12.01.1859). In: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital.

Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore_ Brasília: editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 1998.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais. 4 a Expedição*. São Paulo: Ática, 1994.

GOMES, Camilo Allan. *Carijó e Almeida: As “Memórias de um Sargento de Milícias” à luz do ideal civilizatório da “Pacotilha”*. Campinas, SP: UNICAMP, 2017.

JAROUCHE, Mustafá (2000). Apud GOMES, Camilo Allan. *Carijó e Almeida: As “Memórias de um Sargento de Milícias” à luz do ideal civilizatório da “Pacotilha”*. Campinas, SP: UNICAMP, 2017, p. 23.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org). *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de império*. In: História da Imprensa no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREL, Marco. *Primórdios da Imprensa no Brasil: Os primeiros passos da palavra impressa*. In: História da Imprensa no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. — 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. *O jornal e a leitura no oitocentos brasileiro*. V encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, UESB, 2005.

REBELO, Marques. *Vida e obra de Manoel Antônio de Almeida*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

Artigo submetido em: 05/11/2021

Aprovado em: 15/12/2021